

EDITORIAL

Inclusão digital: do computador aos dispositivos móveis

Anaiza Caminha Gaspar¹

A equipe do Mapa de Inclusão Digital (MID)², a quem foi entregue a organização deste número temático sobre inclusão digital, incumbiu-se desta tarefa com satisfação, registrando aqui diferentes pontos de vista, seja na forma de artigos ou em relatos de experiência relativos ao panorama da inclusão digital no Brasil. Entre os vários assuntos tratados pela revista de Inclusão Social do IbiCT, o tema inclusão digital sempre esteve subjacente, pois é fato corrente que a eclosão do mundo digital define e estrutura os modos de participação do indivíduo na sociedade atual. Podemos mesmo afirmar que não há inclusão social sem que haja inclusão digital, pois o direito à informação é uma prerrogativa do cidadão ou cidadã para garantir sua inserção na sociedade da informação.

As atividades cotidianas, como assistir televisão, utilizar os caixas eletrônicos e, através da Internet, comprar, vender e trocar uma infinidade de produtos, entre outros exemplos, vem exigindo cada vez mais, que estejamos inseridos em uma sociedade denominada por muitos Sociedade da Informação, e esta vem assumindo valores sociais e econômicos fundamentais.³

Emiliano Rostand de Moraes Célio, Angelina Palmeira e Ricardo Moreira da Silva, responsáveis pelo primeiro artigo do número temático, intitulado **Inclusão digital: um desafio para a sociedade**, apresentam resultados de estudo sobre o impacto das novas tecnologias, as

políticas públicas de inclusão digital e as dificuldades da inclusão digital para resolver os problemas de uma sociedade em sua natureza desigual.

Os levantamentos empreendidos pelo IbiCT através do seu Mapa da Inclusão Digital (MID), a partir de 2005, reúnem dados que permitem análise da evolução dos programas e projetos nessa área, cujo panorama de quase duas décadas consta de um artigo de autoria coletiva - Maria de Nazaré Freitas Pereira e Jane Fontes Gadelha.⁴ Esse artigo, denominado **Registros do Mapa de Inclusão Digital: análise estatística e indicadores de centros públicos de acesso à internet no Brasil**, deflagra a discussão desse tema pela ótica do setor público e introduz novos dados da inclusão digital considerando a distribuição do que se convencionou chamar de Pontos de Inclusão Digital (PID) em dimensões geográficas como urbano e rural. Isso permitiu gerar, pela primeira vez, indicadores de acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs), em consonância com padrões da International Telecommunications Union, os quais atendem a recomendações da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (Genebra, 2003) e da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), ao reconhecerem que a infraestrutura de TICs é fundamental para alcançar integração digital.

Na primeira onda da inclusão digital, início dos anos 2000, a preocupação era distribuir computadores velhos, reciclados e oferecer treinamento no uso das ferramentas digitais visando acesso ao mercado de trabalho. Percebia-se então, em primeiro lugar, o papel do computador

¹ Coordenadora de Tecnologia Aplicada a Novos Produtos do IbiCT e coordenadora técnica do Mapa da Inclusão Digital no Brasil.

² Anaiza Caminha Gaspar, Maria de Nazaré Freitas Pereira, Maria de Fátima Duarte Tavares.

³ CÉLIO, Emiliano Rostand de Moraes ; PALMEIRA, Angelina; SILVA, Ricardo Moreira da. Inclusão digital: um desafio para a sociedade. *Inclusão Social*, v. 5, n.2, jan./jun. 2012.

⁴ GADELHA, Jane Fontes; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Registros do Mapa de Inclusão Digital: análise estatística e indicadores de centros públicos de acesso à internet no Brasil. *Inclusão Social*, v. 5, n.2, jan./jun. 2012.

como ferramenta de trabalho, primeiro passo também, supunha-se, no desenvolvimento de habilidades cognitivas para uso das novas tecnologias. Mas soube-se de imediato que o computador sozinho não significava acesso às novas oportunidades trazidas pela rede mundial, e que a internet por si só não poderia suprir as necessidades de letramento, educação e informação dos indivíduos.

A demanda por conexão e cursos na área da educação tornou-se a principal razão para a existência dos telecentros como centros públicos de acesso gratuito. Assim a oferta de cursos para capacitação e serviços do governo eletrônico tornou-se predominante na segunda onda de inclusão digital, tendo o governo federal como principal ator, apoiando mais da metade de cerca de 16 mil telecentros instalados em 50% dos municípios brasileiros, por volta de 2005. Para além do número de iniciativas e quantitativos de pontos de inclusão digital do setor público, o que faz a diferença não é cobrar, mas prestar serviços que atendam à demanda por inclusão digital em situações e lugares requeridos de acordo com as necessidades da comunidade. Essa foi uma das conclusões da pesquisa empreendida, em 2008 e 2009, pelo Mapa da Inclusão Digital do IbiCT, ao estudar o fenômeno das *lan houses*⁵, consideradas na época como ambiente de contravenção.

A pesquisa foi coordenada pela pesquisadora sênior Maria de Nazaré Freitas Pereira, e aplicada on-line para todo o Brasil, realizando-se no mesmo período o estudo dos telecentros⁶ e o Censo Maranhão⁷.

Ambas as pesquisas confirmaram as tendências verificadas nas pesquisas domiciliares realizadas pelo CGI com o concurso da PNAD/IBGE⁸, onde o setor privado respondia pelo atendimento às demandas emergentes oriundas das classes d, e, f, desde 2005. Sem o “tique” da burocracia presente nas instituições governamentais que controlam tempo, acesso, “quem” e o “que” acessar, as *lan houses* se afirmaram na preferência dos internautas; nelas, mesmo crianças de rua conseguiam entrar, pois ganhavam “trocados” para brincar com o computador (Censo Maranhão, 2009).

Do ponto de vista das escolas atuando no contexto das novas mídias, autores filiados à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - Handherson Leylton Costa Damasceno, Maria Helena Silveira Bonilla e Maria Sigmar Coutinho Passos – assinam o artigo **Inclusão digital no Proinfo integrado: perspectivas de uma política governamental**, no que analisam a atuação do Proinfo / MEC o qual, correndo em raia própria, foi responsável pela distribuição de equipamentos para a instalação de laboratórios de informática nas escolas públicas em associação com as secretarias de educação dos estados e/ou municípios. As discussões e os debates sobre a inclusão digital no Brasil não sinalizam para uma síntese, advertem os autores, sendo marcados por apropriações diferenciadas, tanto nas políticas públicas de “inclusão digital”, quanto nos debates e publicações acadêmicas. A tecnologia sozinha não resolve esse problema, diz Ronaldo Lemos, da Fundação Getúlio Vargas.

⁵ IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Pago no Brasil: Relatório Final. Brasília: IBICT, Julho/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

⁶ IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Gratuito no Brasil: Relatório Final. Brasília: IBICT, Agosto/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

⁷ IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Censo Maranhão de Inclusão Digital: Relatório Final. Brasília: IBICT, Novembro/2009. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

⁸ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008. Coordenação, Alexandre F. Barbosa. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2008/index.htm>> Acesso em: 16 jul. 2009

...é preciso enxergá-la como integrante de um sistema mais complexo, professores, qualidade do material didático, programa pedagógico bem pensado. Mas a tecnologia é uma ferramenta extraordinária. Chamo atenção para o paradoxo que vivemos. Os alunos convivem com um ritmo e uma intensidade de informações altíssimas fora da escola e, quando chega lá, essa velocidade e quantidade caem drasticamente. A escola se torna um ambiente frustrante do ponto de vista da informação⁹.

Ricardo Damasceno Moura, especialista em Populações Indígenas da Amazônia e professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresenta **Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital, que analisa a inclusão digital no espaço amazônico**, enfocando as razões para uma inclusão digital/intercultural, tendo em conta os múltiplos saberes culturais existentes, a implementação das novas TICs a partir da etnologia na cibercultura, além de buscar compreender a nova inclusão digital pautada nos reais interesses dos povos e populações tradicionais da Amazônia. Enfatiza as propostas de inclusão digital presentes na agenda de governo, com o objetivo de questionar a dificuldade de acesso por parte de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, considerando que as políticas públicas de inclusão digital não se estendem para essas populações.

A acessibilidade na Web é outra faceta pouco explorada no âmbito da inclusão digital. Como dizem Janicy Aparecida Pereira Rocha e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, autores do trabalho **Diretrizes de acessibilidade Web: um estudo comparativo entre as WCAG 2.0 e o e-MAG 3.0**, a acessibilidade deve possibilitar que qualquer usuário, assistido por agentes de software ou hardware compatíveis com suas necessidades, possa entender e interagir com determinado conteúdo, tendo garantido seu direito de inclusão na sociedade, não obstante suas limitações e particularidades. Atualmente existem diversos documentos com

normas, padrões e diretrizes de acessibilidade, elaborados por várias entidades de diversos países. A questão exposta neste artigo indaga: por que é importante a especificação de um modelo brasileiro, se existe um modelo internacional suficientemente abrangente e completo?

Com as diversas possibilidades abertas pela internet e principalmente pela sua nova configuração colaborativa (WEB 2.0), Sara Mirzraim de Oliveira e Eliane Cristina de Freitas Rocha, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, apresentam o artigo **Interação de pessoas surdas e ouvintes com o mundo virtual: uma análise sobre as diferenças entre interações de surdos e ouvintes com o Facebook**.

A inserção de segmentos populacionais até então excluídos dos benefícios da rede mundial motivou a ideia amplamente discutida de uma sociedade da informação. Tal concepção compreende um espaço social, econômico, político e cultural de iguais oportunidades de acesso e recursos de informação e conhecimento. A universalização do acesso continua sendo uma questão de importância estratégica e depende fundamentalmente da forma de inserção que busca garantir que de algum modo a população tenha acesso aos benefícios das TICs, independentemente do seu poder aquisitivo. Na terceira onda, compreendendo a construção de cidades digitais, destaca-se a contribuição de João Batista Simão e Emir José Suaiden, o primeiro, coordenador dos Cursos de Tecnologia da Faculdade Jesus Maria José (Brasília) e o segundo, professor titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, com o artigo **Cidades digitais em municípios brasileiros de pequeno porte: proposta de um modelo de implantação**. O artigo mostra de forma abrangente os desafios e discute modelos tecnológicos de implantação de cidades digitais, essenciais principalmente para municípios de pequeno porte. O artigo traz ainda considerações sobre o PNBL - Programa Nacional de Banda Larga, e analisa indicadores e ranking de cidades digitais no Brasil.

O seminário “Novos Desafios para Inclusão Digital”, realizado pelo MID em 2010, trouxe novas

⁹ D'ANGELO, Ana Cristina. O resgate da internet. Página 22: informação para o novo século. Edição 71. Rio de Janeiro; FGV, 2013. Disponível em: <http://pagina22.com.br/index.php/2013/02/o-resgate-da-internet/> Acesso em: 23 junho 2013.

questões em relação à internet e a sua utilização. Foram mostradas outras oportunidades trazidas pela web 2.0 e pelas redes sociais, visando o protagonismo e a inclusão social onde o principal ator é o sujeito que se inclui na sociedade em redes colaborativas. Sem a dicotomia do urbano e do rural, todos estão conectados via celular expandindo a capacidade de aprendizado, entretenimento e trabalho em redes colaborativas. A questão da ubiquidade trazida pela mobilidade dos meios de acesso coloca o celular e o sujeito como meio e agente de inclusão sociodigital, incorporado ao cotidiano das pessoas. Um dos artigos nesta edição, **O celular é a bicicleta**, resulta de pesquisa realizada por Kalynka Cruz e Lucia Santaella em um distrito da cidade de Belém do Pará; conta como essa tecnologia está inserida nas sociedades e traz uma nova “configuração de ser humano simbólico e essencialmente um ser de linguagem” para tipificar a ambiência do indivíduo que se insere na sociedade pós-moderna. As redes colaborativas e os avanços da tecnologia traçam um novo perfil de usuários, que se expressam, aprendem, comunicam, ensinam, percebem e interagem com o mundo ao redor de maneira diferente. “A revolução tecnológica que estamos atravessando é psíquica, cultural e socialmente muito mais profunda do que foi a invenção do alfabeto (...)” (SANTAELLA, 2007).

Acompanhando as novas tendências, o Mapa da Inclusão Digital do Ibict redireciona sua atuação para abranger tecnologias que estimulem o desenvolvimento de conteúdos além do mapeamento de pontos de inclusão digital, e foca sua atenção nas demandas por difusão de conteúdos técnicos científicos em dispositivos móveis.

Com o intenso fluxo de informação e a facilidade em disponibilizar os mais diversos tipos de conteúdo por diversos meios, quem será o responsável por organizar esses dados? A resposta permeia o conceito da superposição do virtual ao real e não a sua separatividade, observam Sérgio Amadeu e Edgard Piccino, em reuniões de grupos de estudo que se sucederam ao seminário sobre novos desafios.

A tecnologia de realidade aumentada propicia inúmeras oportunidades para a difusão e utilização de informações contextualizadas em que a história ligada aos artefatos urbanos pode ser apreendida

e ressignificada pelos indivíduos na interseção de mapas e redes colaborativas de informação. As redes colaborativas são alimentadas pelos próprios usuários, e são eles que determinam seus fluxos de organização e atualização. Instituições que desenvolvem e administram bancos de dados têm possibilidades de integração de dados com diferentes fontes de informação no universo ciberespacial. Muito mais que difundir conteúdos, trata-se de vivências da cidade em redes de colaboratividade, onde se mesclam o institucional e o individual, o virtual e o real.

Nessa linha de argumentação, André Lemos, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, e Camila Queiroz, graduanda em jornalismo pela mesma instituição, discutem a tecnologia de realidade aumentada (RA) mediante apresentação do artigo **Memórias soteropolitanas: realidade aumentada na cidade do Salvador**, ressaltando a colaboratividade e o fluxo contínuo de informações que passam a configurar a sociedade contemporânea. Esse projeto promove a visualização de imagens antigas em interface com lugares reais da capital baiana. O artigo discute as mídias locativas e a realidade aumentada e sustenta que projetos desse porte são indispensáveis para a ressignificação do espaço urbano, a inclusão digital e a apropriação social da tecnologia.

Fátima Tavares, historiadora urbana integrante da equipe do MID, apresenta o artigo **Cidades e tecnologias de informação e comunicação: saberes e práticas do cotidiano urbano**, vinculado ao tema da realidade aumentada. Do ponto de vista do interesse do Ibict, o tema se enquadra na Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos produtos para a prospecção e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação de maneira comprometida com processos educacionais e de ampliação de meios de acesso aos conteúdos técnico-científicos. É importante perceber como o Mapa da Inclusão Digital do Ibict abarca a compreensão de um todo que se expressa nas relações de apropriação do território pelo indivíduo no seu lugar de vivências, enquanto sujeito da ação de inclusão e produtor de conteúdos locais. A absorção e o desenvolvimento de ferramentas que

podem ser disseminadas com essa finalidade propõem-se a estimular o desenvolvimento de conteúdos locais e explicam as novas ações do Mapa no tema da realidade aumentada. Assim, o artigo mencionado introduz uma questão essencial para explicitar a nova orientação, na qual a experiência urbana e sua relação com as tecnologias de informação e comunicação constituem *lugares de memória e lugares de saber*.

O Ibict iniciou em janeiro de 2012 um projeto-piloto, em parceria com a Universidade Federal do Pará, dedicado à utilização de realidade aumentada (RA) em dispositivos móveis, no qual se pretende ampliar compromissos institucionais de divulgação de conteúdos, prospecção de novas tecnologias e aprendizagem informacional em sintonia com a nova visão de inclusão sociodigital. O artigo escrito por Mariana Sampaio, arquiteta e antropóloga, compartilha a experiência que está sendo realizada no Centro Histórico de Belém-Pará, projeto de cooperação entre Ibict/Unesco¹⁰, UFPA/Fórum Landi¹¹, usando a realidade aumentada como um instrumento de construção de narrativas sobre a história da cidade.

A vertente mais relevante desses projetos é a de pretender oferecer a setores populacionais, especialmente jovens, as possibilidades de elaboração e apreensão de conteúdos em novos formatos, com inovação tecnológica e facilidade de acesso a fontes de informação técnico-científicas contidas em acervos atualmente estruturados e dirigidos para a divulgação de base acadêmica. Assim, não só as bases operativas para a disseminação futura dos resultados dos projetos

de RA estão sendo construídas, quanto ganha destaque a necessidade de se prever e ampliar as condições para a elaboração de conteúdos adequados aos dispositivos móveis e à divulgação técnico-científica.

Considera-se pertinente a discussão do tema que trata do ponto de vista geral do direito à privacidade para todos, da “cidadania digital”. **Se você sabe quem eu sou, eu quero saber quem você é**, eis o título do artigo escrito por Alexandre Pacheco da Silva, membro do Grupo de Pesquisas em Direito e Inovação (GPDI) e do Núcleo de Metodologia de Ensino da Direito, ambos da Fundação Getúlio Vargas, que aponta para as insuficiências e contradições do modelo regulatório da autogestão da privacidade, reforçando a necessidade de desenvolvimento de ferramentas gráficas de auxílio ao usuário na gestão de seus dados pessoais, um novo tipo de conteúdo que se organiza na web. Trata-se de tema pouco discutido no âmbito da inclusão digital. Se avaliarmos que, como o autor ressalta, há a necessidade de explicitar para o usuário que seus dados estão sendo coletados e garantir seu controle sobre esse processo por uma apresentação gráfica e ágil, temos aqui umnexo com a inclusão digital.

Finalmente, dois relatos de experiência. Claiton Mello, gerente de Educação e Tecnologia Inclusiva da Fundação Banco do Brasil, informa que no âmbito do **Programa de Inclusão Digital da Fundação Banco do Brasil** está em processo a construção de uma nova perspectiva e atribuição de papel para os quase mil pontos de estações digitais espalhados em todo o país, o que envolve mais de um milhão de educadores e agentes sociais. O objetivo é dar a noção de rede às estações digitais, constituindo o ponto de inclusão digital como possibilidade de nó convergente junto a outras redes locais, principalmente de redes ou iniciativas de outros programas e tecnologias sociais reaplicadas pela fundação e por organizações parceiras, com o olhar sobre o território.

Leila Riodades Daher e Tiago de Souza Cardoso apresentam o **Programa de Inclusão Sócio-Digital do Governo do Estado do Pará, o Navegapará**, fazendo um histórico desde sua implantação até os dias de hoje. Mostra ainda os desafios enfrentados para implantação da banda larga na Amazônia, que objetiva mitigar o problema da exclusão digital do

¹⁰ Este projeto foi concebido no âmbito da Coordenação Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos do Ibict, a cargo de Cecília Leite e coordenação técnica de Anaiza Caminha Gaspar. A elaboração do projeto é de responsabilidade de Fátima Tavares, arquiteta e historiadora urbana, e Maria de Nazaré Freitas Pereira, pesquisadora em ciência da informação.

¹¹ O Fórum Landi é uma organização sediada na Universidade Federal do Pará (UFPA) vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O fórum, sob coordenação de Flávio Nassar, pró-reitor de Relações Internacionais da UFPA, é formado por pesquisadores, professores e alunos interessados na História da Amazônia no século XVIII, em seus múltiplos aspectos, relações geográficas, continuidades e rupturas com períodos antecedentes e posteriores.

povo paraense. O programa em sua essência preconiza a ciência, a tecnologia e a inovação como eixos estruturantes do desenvolvimento econômico e social do Estado, e possui cinco pilares: Desenvolvimento Econômico e Social; Inovação e Empreendedorismo; Produção Científica e Tecnológica; e Competitividade.

Levando em consideração o conjunto dos artigos aqui reunidos, este número temático indaga: Qual seria, portanto, a verdadeira função dos governos em qualquer âmbito para estimular e apoiar a sociedade da informação e, por conseguinte a inclusão digital da população? Desde o início colocou-se como papel do Estado o estímulo à implantação de telecentros, buscando uma estratégia nacional coerente com uma política pública estrutural de apoio à universalização e tendo uma gestão local representativa para conduzir o processo de inclusão digital na ponta. Todavia, o que se constata hoje, é que depois de dez anos tentando fazer uma política de inclusão digital (ID) em grande escala, o parecer prévio das Contas do Governo do exercício de 2012, emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU)¹², aponta que as diferenças regionais e a falta de articulação governamental são alguns dos maiores entraves para o alcance de metas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, que coordena os principais programas de ID.

Os “tiques” da burocracia no governo, em qualquer nível, definem programas e projetos sem compromissos com a realidade local, na sua maioria estão presos à centralidade de decisões e atuação, posto que contaminados por questões regulatórias e de controle administrativo. Logo, no tocante à inclusão digital, convém esquecer que o governo é a fonte de tudo. Deve sim prover mecanismos para motivar iniciativas que estabeleçam a transdisciplinaridade no local do telecentro e a pluralidade de ações. Um programa de inclusão digital não tem cartilha para seguir, modelo ou padrão, como diz Beatriz Tibiriça¹³, conhecida especialista em políticas públicas de

inclusão digital. A comunidade deve estar no centro do processo de inclusão digital na medida em que se entende que os espaços, físico e virtual, se sobrepõem no cotidiano do indivíduo.

Trafegando-se pelos números de acesso à internet, mediante uma tomada de contas dos pontos de inclusão digital aqui colocada pelo Mapa da Inclusão Digital, percebe-se que a relação entre território e tecnologias de informação e comunicação tem que ser vista e mais frequentemente estudada em projetos de pesquisas de inclusão digital. Deve-se ter em conta a capacidade de produção de conteúdos locais, como questões emergentes que ocorrem em paralelo ao surgimento de novas iniciativas, à convivência com as *lan houses* e à proliferação de tablets e celulares. Assim a missão do Mapa da Inclusão Digital do Ibict se amplia para mostrar as inter-relações entre diversos fatores conjugados pelos atores, cujos registros históricos de novos programas e também de outros que se extinguem sinalizam avanços e recuos na política de ID.

A inclusão social e digital são novos desafios que foram colocados na Missão do Ibict a partir de 2005, pelo então diretor, professor Emir Suaiden, que contou desde o início da sua gestão com a professora Cecília Leite, ambos pioneiros na introdução do tema em estudos e pesquisas acadêmicas. O Mapa como primeiro instrumento criado nesta administração constituiu-se também em instrumento de prática inclusiva para outras áreas do Ibict, que se propõem a disseminar conhecimentos técnicos científicos, antes restritos ao público acadêmico, em linguagem acessível à população, como meio de inclusão informacional. A elaboração deste número temático é também um reconhecimento ao incentivo recebido durante os seus dois períodos de gestão, que se encerra em 2013.

¹² BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão: 1274/2013. Contas do Governo: Inclusão Digital. Processo: 006.617/2013-1. Brasília, 29 de maio de 2013.

¹³ TIBIRIÇA, Beatriz. Telecentro? para que? Arede, maio/junho, 2013. P.18-22